

ECONOMIA POPULAR, REPRODUÇÃO SOCIAL E PRIVAÇÃO DO URBANO: TRÊS NOVOS CONTEÚDOS DA PERIFERIA?

Elisa Favaro Verdi¹

Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo, SP, Brasil

Enviado em 8 nov. 2021 | Aceito em 26 abr. 2022

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a tripla condição periférica do coletivo Mulheres do GAU, grupo de agricultoras urbanas de São Paulo, Brasil: argumentamos que esse coletivo localiza-se na periferia da economia, do trabalho e da cidade. Essas mulheres constituem parte da economia popular, condição perene na América Latina que evidencia a existência de múltiplas configurações não assalariadas de trabalho, compondo uma periferia da economia. Dentre tais configurações, as responsáveis pela reprodução da vida normalmente ficam relegadas às pessoas de corpos feminizados, sendo invisibilizadas quando subsumidas ao vínculo entre trabalho e salário, constituindo uma periferia do trabalho. Finalmente, o coletivo concretiza características da vida cotidiana na periferia da cidade ao expor camadas da privação estrutural da urbanização capitalista. Dessa forma, compreende-se que a periferia constitui um dos polos do par dialético centro-periferia, produto do desenvolvimento desigual do capitalismo que atribui à segunda o conteúdo contraditório da reprodução do capital.

Palavras-chave: periferia, economia popular, reprodução social

POPULAR ECONOMY, SOCIAL REPRODUCTION, AND URBAN DEPRIVATION: PERIPHERY'S THREE NEW CONTENTS?

Abstract: This paper analyzes the triple peripheral condition of the *Mulheres do GAU* collective, a group of urban women farmers from São Paulo, Brazil: we argue that this collective positions itself on the periphery of the economy, of labor, and the city. These women are part of the popular economy, a perennial condition in Latin America that evidences multiple non-salary labor configurations, making up an economy's periphery. Among those configurations, the ones responsible for reproducing life usually are relegated to people with feminized bodies, made invisible when subsumed under the link between labor and salary, constituting a periphery of work. Finally, the collective embodies everyday life features on the city's outskirts by exposing layers of structural deprivation in capitalist urbanization. Thus, the periphery constitutes one of the poles of the center-periphery dialectical pair, a product of the unequal development of capitalism, which attributes to the latter the contradictory content of capital reproduction.

Keywords: periphery, popular economy, social reproduction

ECONOMÍA POPULAR, REPRODUCCIÓN SOCIAL Y PRIVACIÓN URBANA: ¿TRES NUEVOS CONTENIDOS DESDE LA PERIFERIA?

Resumen: El objetivo de este trabajo es analizar la triple condición periférica del colectivo *Mulheres do GAU*, grupo de agricultoras urbanas de São Paulo, Brasil: sostenemos que ese colectivo se encuentra en la periferia de la economía, del trabajo y de la ciudad. Esas mujeres constituyen parte de la economía popular, condición perenne de Latinoamérica que evidencia la existencia de múltiples configuraciones no asalariadas de trabajo, que conforman una periferia de la economía. Entre ellas, las responsables por la reproducción de la vida normalmente se quedan relegadas a las personas de cuerpos feminizados, y son invisibilizadas cuando son subsumidas al vínculo entre trabajo y salario, constituyendo una periferia del trabajo. Finalmente, el colectivo concreta características de la vida cotidiana en la periferia de la ciudad al exponer camadas de la privación estructural de la urbanización capitalista. Así, se comprende que la periferia constituye uno de los polos del par dialéctico centro-periferia, producto del desarrollo desigual del capitalismo que atribuye a este último el contenido contradictorio de la reproducción del capital.

Palabras clave: periferia, economía popular, reproducción social

1. Mestre em Geografia Humana, bacharel e licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Doutoranda em Geografia Humana também na USP, tendo sido *visiting scholar* na The New School for Social Research (Nova York, EUA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9514-0350>. E-mail: elisafavaroverdi@gmail.com

Tinha uma horta no meio do conjunto habitacional

Uma cerca divide a horta do prédio de quatro andares do conjunto habitacional. Entre pés de alface, couve, manjeriço, hortelã e cebolinha, uma das mulheres do GAU (Grupo de Agricultura Urbana) mostra as mudas de rúcula que ela deve plantar ainda naquele dia. Atrás dela, depois da cerca em segundo plano, as antenas e roupas penduradas nas janelas do prédio, as casas sem reboco, a linha do trem e o funk tocando alto no aparelho de som instalado no porta-malas de um carro são indícios visíveis na paisagem da periferia da metrópole – nesse caso, a Zona Leste de São Paulo, num dos bairros mais pobres da cidade, chamado São Miguel Paulista². A área onde hoje está a horta cuidada pelo coletivo Mulheres do GAU já foi um lixão e, depois do processo de urbanização³ do bairro empreendido pela prefeitura de São Paulo, virou uma praça. Há aproximadamente 12 anos, o lugar começou a ser utilizado para uma experiência de agricultura urbana. Entre idas e vindas de apoio financeiro de ONGs e do Estado, o GAU conseguiu sustentar até hoje a produção de alimentos – “sem veneno”, como as mulheres do coletivo gostam de enfatizar. Entre outros vegetais, verduras, hortaliças e tubérculos são comercializados in natura, distribuídos em cestas ou utilizados na fabricação de pães, biscoitos, geleias e refeições. Essas últimas acabam consumidas lá mesmo, como num restaurante, ou são vendidas em marmitas.

As nove mulheres que trabalham exclusivamente no coletivo se dividem em duas frentes de atuação: a horta e a cozinha. Algumas delas cuidam do viveiro, dedicando-se ao plantio, colheita, rega, adubo da horta; outras atuam na cozinha, utilizando os alimentos cultivados lá para preparar as refeições e produtos que podem ser consumidos e comprados no local ou em eventos no estilo *catering* (isso antes da pandemia de Covid-19). Assim como o trabalho, a renda também é dividida entre essas duas frentes: as mulheres que trabalham no viveiro dividem os ganhos provenientes da comercialização do que é cultivado e as mulheres que trabalham na cozinha compartilham o dinheiro que ganham com as refeições e outros produtos por elas preparados.

O trabalho acontece de domingo a domingo: além de plantio, cultivo e colheita, o cuidado da horta inclui viagens periódicas de 25 quilômetros até Suzano, município da Grande São Paulo, onde elas buscam novas mudas. Na cozinha, o trabalho é fazer pães, biscoitos e geleias e servir refeições aos sábados e domingos. O cumprimento dessas tarefas exige que cada uma das mulheres trabalhe em tempo integral pelo menos seis dias por semana. Além disso, elas também se dividem na organização e venda das cestas de alimentos frescos (aproximadamente 20 cestas, semanalmente), na recepção de crianças de escolas e projetos sociais da região, na participação em eventos beneficentes (muitas vezes organizados por igrejas evangélicas), em cursos de permacultura e na realização de serviços de buffet em que elas preparam e servem a comida. Para dar conta de tudo isso, elas recebem ajuda de voluntários, especialmente, outras mulheres do bairro que se interessam pelo coletivo.

² De acordo com dados do Cadastro Único para Programas Sociais (banco de dados do governo federal sobre os domicílios e as pessoas em situação de pobreza no Brasil), em 2020 a Zona Leste de São Paulo possuía a maior quantidade de famílias consideradas pobres ou extremamente pobres da cidade, com 39,2% do total. O mesmo ocorre para a quantidade de famílias beneficiárias do Bolsa Família (programa de transferência de renda criado em 2003 e destinado a famílias consideradas em situação de pobreza, conforme o Cadastro Único): 41,4% de todos os beneficiários de São Paulo residem na Zona Leste.

³ Em setembro de 2010, a prefeitura de São Paulo, por meio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), finalizou as obras de canalização de um córrego e de construção de infraestrutura de moradia no bairro onde está localizada a horta do coletivo Mulheres do GAU. Esse projeto de urbanização é abordado com mais detalhes na quarta parte do presente artigo.

Das nove mulheres do GAU, oito são migrantes nordestinas. Vieram de diferentes lugares da Bahia ou de Pernambuco, mudaram-se para São Paulo quando eram jovens (entre 14 e 20 anos de idade) por causa da família que já estava na cidade grande ou em busca de trabalho que, segundo elas, não faltava anos atrás:

Olha, naquele tempo tinha trabalho pra todo mundo. Nos anos de [19]78 tinha fábrica pra todo lugar e não tinha o tanto de exigência que tem hoje. A gente achava que era um tempo ruim, mas ruim tá agora. Quem tem estudo, faz de tudo, não tá conseguindo. Mas, naquele tempo tinha firma uma próxima da outra e às vezes nem era firma tão pequena como a Tabaco, tinha a Vicunha, tinha aquela de sal aqui na [avenida] Guilherme Giorgi, enfim eram muitas firmas. Então, naquele tempo tinha trabalho. (Mulher do GAU, entrevista realizada em junho de 2021)⁴

Algumas das mulheres relatam com nostalgia a vida anterior à migração para a metrópole, contando que o trabalho que fazem com a terra hoje relembra seu passado rural, coisas que aprenderam com as mães, tias e avós.

Eu costumo falar que lá na Bahia eu ia pra roça, eu acompanhava a minha mãe. Eu gosto, eu amo a natureza, mas eu ia pra pegar melancia, milho, enfim. (...) eu era adolescente, [com] 10, 11, 12 anos. Eu queria caminhar, acompanhar ela, eram muitos pássaros e eu amava os pássaros e eu acho que eu que sou da Bahia, filha de agricultor, a gente via a luta deles, o amor deles pra trabalhar, pra colocar o pão de cada dia que era dali que eles tiravam, pra colocar na nossa mesa, então aquilo ali era muito gratificante. (Mulher do GAU, entrevista realizada em junho de 2021)

Lá na Bahia eu nasci na roça, sou filha e neta de agricultores lá da região do cacau do sul da Bahia. E quando meus avós faleceram, minha mãe e meus tios migraram aqui pra São Paulo e eu vim junto. Aí a gente ficou afastada da agricultura e eu vim pro comércio e fiquei bastante tempo no comércio, mas eu não era feliz. Sempre estava faltando alguma coisa e eu não entendia porque eu não era feliz. Eu tinha tudo, mas não era feliz. (Mulher do GAU, entrevista realizada em maio de 2021)

Hoje em dia, a maioria das mulheres do coletivo faz parte de uma faixa etária que constitui um setor menos assistido pelas políticas sociais no país: primeiro, elas não têm acesso à cobertura previdenciária por não terem idade para pedir a aposentadoria ou por não terem cumprido com o tempo mínimo requisitado de registro formal; segundo, não são mais jovens o suficiente para integrarem-se ao mercado formal de trabalho, como fizeram no passado, ou para trabalharem como faxineiras, diaristas e babás, sem registro, mas com alguma renda fixa; terceiro, seus filhos já não estão mais em idade escolar, requisito importante (apesar de não indispensável) para ter acesso aos benefícios federais de transferência de renda, como o Auxílio Brasil. Essas mulheres trabalharam a vida inteira – e ainda trabalham -, mas não são reconhecidas pelo Estado brasileiro como trabalhadoras.

A hipótese aqui defendida é que uma tripla condição periférica se concretiza nesse coletivo, visto que suas integrantes se localizam na periferia da economia, do trabalho e da cidade. No que se refere à periferia da economia, o coletivo não está posicionado de maneira marginal em relação à economia formal, mas sim sendo parte da economia popular, condição perene e maciça na América Latina (Tassi et. al, 2012; Cielo, 2018). A economia popular evidencia que há múltiplas configurações possíveis de trabalho para além das atividades produtivas assalariadas (Denning, 2010). Entre esses modos de trabalho não-assalariado, está a responsabilidade pela reprodução da vida, normalmente relegada às pessoas de corpos feminizados (Gago, 2020). Tais atividades são invisibilizadas quando

⁴ As nove mulheres do coletivo foram entrevistadas (entrevistas em profundidade, semiestruturadas) entre abril e setembro de 2021. Sete entrevistas ocorreram virtualmente e duas presencialmente, no próprio viveiro. Os nomes das mulheres não aparecem no texto, afim de preservar as suas identidades e não expor as declarações de cada uma delas.

subsumidas ao vínculo hegemônico – e patriarcal - entre trabalho e salário (Federici, 2021), e, portanto, constituem uma periferia do trabalho. Finalmente, o coletivo também incorpora características da vida cotidiana na periferia da cidade, não somente devido a sua localização na Zona Leste de São Paulo, mas, especialmente, por explicitar camadas da privação estrutural da urbanização capitalista, bem como os múltiplos níveis de segregação socioespacial como condição espacial da reprodução da metrópole (Alvarez, 2013).

A *periferia* é aqui analisada a partir de um ponto de vista marxista-lefebvriano⁵ e definida como um dos polos do par dialético centro-periferia, produto do desenvolvimento desigual que marca a geografia do capitalismo (Smith, 1988) e que produz, simultaneamente, a abundância e a privação. Nesse sentido, a periferia não constitui o exclusivo lugar da escassez (Ribeiro, 2010), ou a localização espacial da diferença entre classes sociais (Ivo, 2010), da distribuição de situações de vulnerabilidade (Torres et. al, 2003) ou da territorialização concentrada de desvantagens sociais (Ribeiro, 2003). Todas essas concepções de periferia possuem como pano de fundo uma interpretação absoluta do espaço: consideram-no como receptáculo, palco, cenário ou reflexo das ações humanas, incorrendo em uma definição cartesiana de periferia que se limita a identificá-la como um lugar determinado, afastado de um centro, onde se localizam características próprias da pobreza urbana.

O desafio analítico posto aqui é ir além dessa morfologia para desvendar os conteúdos da desigualdade do espaço urbano e, assim, revelar aquilo que determina a morfologia urbana, a vida cotidiana dos habitantes da cidade e as suas formas de apropriação e uso do espaço. Para tanto, nosso ponto de partida é a noção de produção do espaço inserida na totalidade do processo de produção social: compartilhamos do entendimento de que o espaço é simultaneamente condição, meio e produto (Carlos, 2011) na medida em que: 1) todas as relações sociais se concretizam como relações espaciais por ocorrerem num lugar e num tempo específicos, portanto o espaço se constitui como uma *condição* para a realização de qualquer ação humana; 2) o espaço é o *meio* das atividades de reprodução social, ou a mediação necessária entre a sociedade e a natureza em seu duplo processo de transformação recíproca; 3) é justamente pelo conteúdo dialético da relação entre sociedade e natureza que o espaço torna-se um *produto* social, de modo a revelar o mundo como uma prática socioespacial. Em síntese, “a produção do espaço faz parte da produção das condições materiais objetivas da produção da história humana” (Carlos, 2011, p. 17), pois a realização das relações sociais ocorre pela apropriação do espaço tendo em vista as necessidades postas pela reprodução da vida.

A perspectiva da produção do espaço permite compreender a relação entre a sociedade e o espaço de maneira dialética, sendo um caminho possível para desvendar uma série de contradições inerentes à prática socioespacial da sociedade capitalista. O presente trabalho visa analisar a experiência concreta do coletivo Mulheres do GAU situando-o no movimento contraditório da produção centro-periferia em três aspectos já mencionados: a periferia da economia, a periferia do trabalho e a periferia da cidade, os quais serão desdobrados a seguir.

⁵ A corrente marxista-lefebvriana da Geografia Urbana brasileira (Abreu, 2014) desenvolveu os conteúdos da *produção do espaço*, abordando temas como a vida cotidiana, o direito à cidade, a segregação socioespacial e a cidade como negócio. Tais temas estão amplamente presentes nas pesquisas de: Alvarez (2009; 2012; 2015), Alves (2011), Carlos (2001; 2011), Carlos et. al (2017), Faria (2008), Pádua (2011), Ribeiro (2010; 2013; 2015), Simoni-Santos (2017) e Volochko (2007; 2012; 2015).

Sobre a periferia da economia

Fenômeno perene na América Latina, a economia popular pode ser compreendida como um conjunto de formações heterogêneas em termos econômicos, sociais, políticos e culturais que, em seus processos e práticas, visa garantir a reprodução da vida de sujeitos em contextos de grande precariedade (Grupo de Trabalho CLACSO, 2020).

Segundo Chena (2018), economia popular é uma denominação surgida da crise de 2001/2002 na Argentina e que busca sintetizar as experiências políticas, sociais e econômicas acumuladas desde então, destacando a centralidade de formas alternativas de trabalho e seus direitos coletivos⁶. Para o autor,

(...) la economía popular tiene, al menos, dos características económicas que le son propias, independientemente de las actividades concretas que la representan. La primera es el hecho de que involucra a personas que realizan su actividad laboral por afuera de la relación salarial tradicional. Es decir, que quienes la integran son trabajadores que no están alcanzados, en general, por una relación laboral patrón-trabajadores (son trabajadores sin patrón). La segunda es que perciben ingresos bajos y, consecuentemente, tienen una escasa capacidad de consumo y acumulación de capital. (Chena, 2018, p. 12)

Uma das características centrais da economia popular, portanto, é a ausência da relação salarial de trabalho. Ou seja, trata-se de uma outra forma de exploração que não está inscrita na lógica da apropriação, por parte de um proprietário dos meios de produção, da mais-valia produzida pelos proprietários da força de trabalho (Marx, 1985). No entanto, a ausência deste tipo de relação assalariada não significa que não haja exploração: para os trabalhadores da economia popular, esta pode ocorrer majoritariamente de duas formas. Primeira, pela desvalorização permanente do seu trabalho e dos produtos do seu trabalho, ambos submetidos à premissa de que produzem bens de qualidade inferior (Roig, 2014; Chena, 2018); segunda, por meio da apropriação da renda obtida com o trabalho pela financeirização⁷, especialmente através do endividamento (Roig, 2014.; Cavallero e

6 A literatura latino-americana sobre as diferenças, encontros e relações entre economia popular, economia informal e economia solidária é ampla e diversa. Para Coraggio (2020, p. 11), a economia popular é “la economía empírica de les trabajadores, dependientes o autónomos, de les que viven o quieren vivir de su trabajo, es la economía de sus familias, comunidades, asociaciones, organizaciones y redes de cooperación o ayuda mutua, formales o informales.” Como os trabalhadores da economia popular dependem, primordialmente, da contínua realização e desenvolvimento da sua própria força de trabalho para manter uma vida digna, independentemente de relações formais ou informais de trabalho (Coraggio, 2020; Diniz, 2019), pode-se afirmar que essa concepção de economia popular dialoga com a teoria das capacidades (Sen, 2010), pois a construção de uma economia empírica dos trabalhadores não trata apenas de produzir as condições materiais de manutenção da vida, mas também de realizar as capacidades humanas (Coraggio, 2020). Essa concepção aproxima a economia popular da chamada economia solidária, de modo a até mesmo mesclar uma na outra: “O termo ‘economia popular e solidária’ (EPS) é utilizado, assim, para abranger um conjunto heterogêneo de práticas econômicas realizadas pelos trabalhadores a partir de sua própria força de trabalho, com o objetivo de assegurar a reprodução da vida social, muitas vezes em bases solidárias.” (Diniz, 2019, p. 964). Neste artigo, optamos por utilizar uma corrente específica de entendimento da economia popular, a qual baseia-se não na teoria das capacidades, mas sim na análise das contradições do modo de produção capitalista que produz e reproduz um setor da economia precária e dialeticamente inserido e, por isso, fundamental para a reprodução do próprio modo de produção.

7 Por financeirização compreendemos “o crescimento do papel de motivações, mercados, atores e instituições financeiras na operação das economias domésticas e internacionais” (Epstein, 2005, p. 3, tradução nossa do original em inglês). Trata-se de um processo que remete às décadas de 1970 e 1980, quando houve um aumento significativo na quantidade de transações financeiras, constituindo um momento de financeirização da economia mundial (Epstein, 2005). A financeirização pode ser caracterizada como a ampla migração de capitais dos setores produtivos (especialmente da indústria) para o setor financeiro, de modo a criar uma dominância do último na acumulação de capital (Kurz, 2003; Simoni-

Gago, 2020). Desse modo, a economia popular constitui um tipo específico de relação social de exploração, visto que a apropriação da mais-valia produzida pelo trabalho passa pelo consumo e pelo endividamento e não necessariamente pelo estrito processo de produção de mercadorias (Roig, 2014).

A ausência de assalariamento é aspecto comum entre a economia popular e a economia informal. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), atualmente cerca de 140 milhões de pessoas trabalham em condição de informalidade na América Latina. Para a instituição, as economias informais se caracterizam por uma alta incidência de pobreza, produto da ausência de trabalho decente. Além disso, na definição de informalidade da OIT (2013), as relações de emprego, quando existem, são ocasionais, baseadas em parentesco e laços pessoais, e não em acordos contratuais que contemplem garantias formais e legais de vínculos empregatícios.

No entanto, a economia informal diferencia-se da economia popular na medida em que a primeira pressupõe a possibilidade de inserir a população que vive relações informais de trabalho no mercado formal. É o caso da teoria da mudança que, de acordo com a OIT, desenha o caminho para uma transição da economia informal para a formal, ampliando o mercado de trabalho associado ao crescimento econômico (OIT, 2021). Para Chena (2018), essa concepção não contempla a incapacidade do próprio mercado formal de acumular capital no ritmo necessário para absorver os trabalhadores do setor informal. Nesse sentido, para o autor, não haveria transição possível, visto que a informalidade é uma característica definidora e estruturante, não conjuntural, das relações de trabalho.

Além do não-assalariamento, a economia popular também se caracteriza pela heterogeneidade de atividades por ela contempladas: trabalho intermitente e temporário, trabalho autônomo de rua, trabalho doméstico (remunerado ou não), trabalhadores de plataforma, trabalho camponês, desempregados, entre outros (Grupo de Trabalho CLACSO, 2020). Nesse aspecto, a economia popular diferencia-se (tanto na teoria quanto na prática) da economia informal, pois compreende que estes trabalhadores não são excluídos da economia formal, mas sim precariamente incluídos nela. Nos termos de Roig (2014, p. 2) “en este sentido, nos alejamos de las categorías de ‘exclusión’ que implican un ‘afuera’ de la sociedad, para dar cuenta que estar en los sectores con menores ingresos y mayores costos es una forma – desigual – de estar ‘adentro’ de la sociedad.”

Frente a isso, reafirma-se aqui a hipótese de que os trabalhadores da economia popular encontram-se inseridos na economia capitalista, porém em uma condição periférica, fruto do desenvolvimento desigual e combinado que produziu a contradição centro-periferia. A periferia da economia constitui-se, desse modo, justamente por tal condição periférica de inserção dos trabalhadores na economia capitalista. É nesse sentido que consideramos o coletivo Mulheres do GAU como parte da economia popular, justamente por concretizar duas das características marcantes desse fenômeno: ausência de relação salarial e desvalorização dos produtos do trabalho.

No que se refere à ausência de salário, conforme mencionado anteriormente, as mulheres do coletivo dividem a renda proveniente do trabalho nas duas frentes de atuação, horta e cozinha. Como o ganho é derivado diretamente da comercialização dos produtos e dos eventos, quando não há venda, não há dinheiro. As mulheres apresentam diversos motivos para preferirem uma relação de trabalho não assalariada: flexibilidade de horários, não precisar se deslocar pela cidade, poder

Santos, 2006). Trata-se da síntese dos capitais industrial, comercial e bancário sob a hegemonia do último, de modo a desregular mercados e privatizar bens e serviços públicos garantidos até então pelo Estado de bem-estar social (Lapyda, 2011). Para Roig (2014), a inserção dos trabalhadores da economia popular no setor financeiro se dá principalmente por meio de dívidas, resultado da drástica redução do poder de compra, da baixa remuneração pelo trabalho e do aumento dos preços de produtos devido à inflação, por exemplo (Cavallero e Gago, 2020).

conciliar o cuidado da casa e da família. No entanto, o que mais chama atenção é a existência de uma relação de compreensão e mesmo de afeto entre as mulheres do coletivo em contraposição a uma relação impessoal com um patrão:

E a gente não tem que bater ponto, entrar e sair tal hora. Outra coisa, tem as meninas pequenas: uma de 9 [anos], a [cita o nome de outra mulher do coletivo] tem uma de 5 [anos]. Aí ela diz 'hoje eu tenho uma reunião não sei aonde' e a gente toma conta da menina [dela]. Aí tem uma que fala 'gente, eu não tô bem e não vou trabalhar', a gente diz 'tá bom, fica em casa e vai se cuidar'. E isso existe? Tu acha que o patrão vai querer saber do seu problema, do seu marido, filho, se você não amanheceu bem? E a gente entende essa riqueza de poder fazer uma pela outra. E o patrão diz 'vai pegar um atestado. Se você não tiver não vai receber no final do mês'. Uma lava a mão da outra e a gente tem essa riqueza, o patrão não quer saber, no final do mês ele desconta. (Mulher do GAU, entrevista realizada em abril de 2021)

Acerca da desvalorização dos produtos do trabalho, basta uma comparação: as hortaliças das mulheres do GAU são, em média, 25% a 50% mais baratas do que produtos similares, carregados de agrotóxicos, produzidos em escala industrial e vendidos em supermercados – e não apenas nas megaredes de Alto de Pinheiros, bairro de maior renda per capita na cidade (Rede Nossa São Paulo, 2020), mas em supermercados de bairro na própria Zona Leste.

Sobre a periferia do trabalho

As nove mulheres que fazem parte do coletivo Mulheres do GAU são, como o próprio nome diz, as protagonistas dessa organização que configura uma resposta autônoma para fortalecer e mesmo garantir a satisfação das suas necessidades materiais de reprodução da vida (Grupo de Trabalho CLACSO, 2020).

Por reprodução da vida compreende-se todas as atividades que garantem a existência física e social das pessoas, desde aquelas referentes às necessidades biológicas de sobrevivência do corpo (como a alimentação, por exemplo), até as necessidades sociais e subjetivas (como educação, lazer, conforto, amor, entre outras). Em termos filosóficos, cabe destacar a dupla determinação da própria noção de produção (e, conseqüentemente, de reprodução): de um lado, há a produção em sentido estrito e material, de mercadorias e produtos; de outro, simultaneamente, há a produção em sentido lato, em sua dimensão filosófica, de produção do ser humano (Marx, 2008; Lefebvre, 2002). A reprodução da vida localiza-se no segundo, que evidencia o sentido ampliado da produção, ou seja, que não é somente aquela da fabricação de produtos, objetos e mercadorias, mas sim da humanidade em si. A proposta aqui empreendida é de compreender a reprodução como um conceito totalizante, tendo em vista a superação dialética da reprodução como uma série de processos parciais (reprodução biológica, material, de consumo), de forma a analisar a reprodução das relações de produção (Lefebvre, 2002).

A reprodução, no entanto, não é somente a simples repetição das relações existentes; é a retomada, o reinício do processo de produção, mas nunca no mesmo nível do ciclo produtivo anterior. A reprodução é, assim, num primeiro momento, uma ampliação do processo produtivo pretérito. Além de uma ampliação, a reprodução é também um deslocamento das contradições nucleares do capital, de forma a apontar um caminho de expansão e intensificação das relações sociais capitalistas que vai da produção de mercadorias em direção ao espaço, ao urbano e ao cotidiano (Carlos, 2019). Nessa perspectiva, a reprodução torna-se um conceito totalizante, aberto, móvel e fundamental para a explicação da sobrevivência do capitalismo. Com isso, a reprodução da vida – que não se restringe

ao seu conteúdo biológico, mas o inclui – torna-se um aspecto central para a reprodução do capital. Ambas estão intrinsecamente determinadas, uma em função da outra.

Analisar as atividades de reprodução da vida, quando esta é compreendida como uma noção total e aberta, exige destrinchar o conceito de trabalho reprodutivo em duas características centrais: primeiro, tais atividades definem-se como trabalho por serem as mediações metabólicas necessárias entre a sociedade e a natureza, de modo a transformar simultaneamente e dialeticamente tanto uma quanto a outra (Marx e Engels, 1998); segundo, são trabalhos cuja função é manter as pessoas com vida, considerando-se aspectos biológicos, sociais e subjetivos. Como sintetiza Federici (2019, p. 152) o trabalho reprodutivo é “o trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho”.

As atividades que garantem a reprodução da vida, conforme definida anteriormente, são trabalhos na sua maioria não assalariados e, em muitos casos, não remunerados que, no entanto, são essenciais para a manutenção da vida biológica e social. O fato de esses trabalhos serem não assalariados e não remunerados significa que são realizados de forma gratuita para o capital, que se apropria dos seus produtos ao comprar a força de trabalho de pessoas saudáveis, alimentadas, educadas e vestidas sem ter de pagar pelo trabalho de alimentar, educar e vestir essas pessoas (Bhattacharya, 2017; Gago, 2020). Dessa forma, pode-se afirmar que a reprodução da vida é uma condição para a produção do capital: o trabalho reprodutivo produz a força de trabalho (garante a sua existência contínua e renovada), mercadoria necessária para a produção de capital (Federici, 2021; Marx, 1985). Em outras palavras, a reprodução social, que ocorre por meio do trabalho reprodutivo, é a produção da produção (Gago, 2020).

A economia feminista visa justamente compreender as especificidades e a importância do trabalho reprodutivo para a reprodução do capital, ou como a reprodução permite e garante a produção do capital:

Ou seja: a economia feminista não centra sua análise em como se organiza a acumulação do capital, mas em como a reprodução da vida coletiva é organizada e garantida *a priori*, enquanto pressuposto. Assim, a dinâmica da reprodução social fica evidenciada como a condição de possibilidade primeira. Em linguagem filosófica: a reprodução é a condição transcendental da produção. (Gago, 2020, p. 144)

Apesar da sua centralidade, o trabalho reprodutivo é ocultado quando comparado com outros trabalhos. Trata-se de uma contradição: a reprodução social é simultaneamente constitutiva da e ocultada pela produção; é uma necessidade da acumulação de capital e, por isso, central para a sua realização; porém, é também subordinada e desprestigiada – ocultada – no próprio processo de acumulação, que identifica imediatamente trabalho com salário. Federici (2021, p. 101-102) situa esse ocultamento no papel patriarcal que o salário cumpre na sociedade capitalista, especificamente na produção industrial⁸:

⁸ O surgimento da dona de casa proletária, trabalhadora do lar em tempo integral (compreendida como sujeito da (re)produção da força de trabalho) e conseqüentemente da sua principal atividade, o trabalho doméstico, data do final do século XIX e início do século XX (Dalla Costa, 2015; Federici, 2019; 2021), momento de uma reestruturação produtiva que “retirou as mulheres – em especial as mães – das fábricas, aumentou substancialmente os salários da mão de obra masculina, o suficiente para sustentar a dona de casa ‘que não trabalha’, e instituiu formas de educação popular para ensinar às operárias as habilidades necessárias ao trabalho doméstico” (Federici, 2021, p. 157). Cabe destacar que as autoras que definiram esse período como aquele do surgimento da dona de casa proletária em tempo integral o fizeram analisando a produção industrial da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Por isso é pertinente – e mesmo fundamental – desenvolver a análise sobre esse fenômeno em outras partes do mundo, especialmente no chamado Sul global, visando compreender as especificidades desse processo na periferia do capitalismo (empreitada que não cabe no escopo do presente texto). De qualquer forma, a lógica do argumento permanece válida: em termos marxianos, a dona da casa surge com a passagem da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, ou seja, a reestruturação produtiva que possibilitou uma maior exploração

(...) o salário é usado para delegar aos trabalhadores do sexo masculino o poder sobre as pessoas não assalariadas, a começar pelo controle e a supervisão do corpo e do trabalho das mulheres. Isso significa que o salário não é apenas um campo de confronto entre capital e trabalho – campo no qual a classe trabalhadora negocia a quantidade e a constituição do trabalho socialmente necessário -, mas é também um instrumento para criar relações de poder e hierarquias desiguais entre a mão de obra.

O conteúdo patriarcal do salário, quando se torna a forma hegemônica de mediação entre capital e trabalho, consolida-se como uma centralidade dessa relação. Entretanto, a produção de tal centralidade carrega em si dialeticamente a produção de uma periferia: nesse caso, todas as atividades que são trabalhos não assalariados e/ou não remunerados conformam a periferia da relação capital-trabalho. É por isso que argumentamos aqui que o trabalho reprodutivo, concretizado no coletivo Mulheres do GAU, situa-se na periferia do trabalho.

De todas as mulheres do GAU, apenas uma delas possui vínculo empregatício (a chamada “carteira assinada”) com uma empresa, na qual trabalha em tempo parcial. Todas as outras, atualmente, dedicam-se exclusivamente às atividades do coletivo, seja no cuidado da horta, seja na cozinha.

As trajetórias de trabalho dessas mulheres são bastante reveladoras da precariedade das condições de reprodução da vida. Antes de trabalharem no coletivo, as mulheres relatam que já trabalharam no comércio, principalmente como vendedoras; na indústria (metalúrgica, química, alimentícia, vestuário e calçados); como caixa de supermercado; como faxineira (em escola, hospital e casa de família) e/ou babá; e como costureira. Todas elas começaram a trabalhar muito jovens, ainda adolescentes, e compartilham uma trajetória de mudança constante de emprego conciliada com os cuidados da família:

Primeiro casei e fui construir minha família. Meu filho mais velho tinha muito problema de saúde e nessa eu saí do trabalho pra cuidar dele e as coisas vão ficando mais difíceis, por mais que eu tinha outro trabalho na firma meu filho não tinha com quem ficar. Aí pagava aluguel, luz, água e ainda tinha que ter mais uma pessoa pra cuidar dele. Aí eu falei: pra trabalhar pra final do mês não ter nada, eu prefiro ficar cuidando do meu filho e o pouco que meu marido ganha a gente vamos se virando. (Mulher do GAU, entrevista realizada em junho de 2021)

Ou ainda explicitando a demanda constante do trabalho reprodutivo:

Eu não sou mulher de ficar em casa, eu sempre gostei de trabalhar. Mas eu trabalho o dia inteiro, porque em casa também é trabalho, né? Apesar de que minha filha ajuda. Quando eu chegar em casa hoje, ela já vai ter limpadado, arrumado tudo. (Mulher do GAU, entrevista realizada em setembro de 2021).

Sobre a periferia da cidade

A filha mencionada no trecho anterior trabalha em um escritório no bairro da Vila Olímpia, localizado a cerca de 40 quilômetros de distância da casa delas. São em média 4 horas diárias em deslocamento, que consiste em pegar três modais de transporte: um ônibus, depois um trecho de metrô, outro trecho de trem e mais um ônibus – e vice-versa, na volta para casa. A distância e o tempo

do trabalho permitiu e mesmo exigiu a criação de um novo sujeito trabalhador - a dona de casa - que se responsabilizasse pelas atividades de manutenção da força de trabalho – o trabalho doméstico.

gasto no deslocamento são apenas duas de uma série de características da vida na periferia da cidade de São Paulo, ou de uma vida cotidiana que se realiza como privação do urbano.

À primeira vista, a privação do urbano aparece em um conjunto de ausências e/ou dificuldades de acesso: alimentação, habitação, saúde, educação, saneamento, áreas e atividades de lazer, transporte, entre outros. Entretanto, essas ausências conformam a experiência cotidiana da segregação socioespacial, que constitui o conteúdo nuclear da urbanização na sociedade capitalista, a qual é fundada, produzida e reproduzida pela propriedade privada do solo urbano.

De acordo com Carlos (2009; 2015), a análise da constituição da sociedade urbana à luz da noção de produção do espaço revela dois momentos distintos, porém intrinsecamente relacionados, da acumulação capitalista: em um primeiro momento, trata-se do espaço produzido como mercadoria, fragmentado como propriedade privada do solo urbano; em um segundo momento, trata-se do espaço como condição para a realização do ciclo do capital (produção, circulação, distribuição e troca). Nesse processo, o espaço é tanto o lugar possível de realização de investimentos produtivos, quanto a própria mercadoria, consumível e acessada apenas pela troca. Tais momentos constituem uma contradição fundante da reprodução capitalista, que produz e reproduz espaço para ampliar-se constantemente.

A mercantilização do solo urbano é abordada por Lefebvre (2002; 2008) por meio da tríade homogeneização – fragmentação – hierarquização. O primeiro termo, homogeneização, é a própria constituição do espaço como mercadoria: todo o solo urbano torna-se, homogeneamente, mercadoria, portanto passível de troca (compra e venda) no mercado. O segundo termo, fragmentação, refere-se ao parcelamento do espaço já homogeneizado, ou seja, da sua divisão em fragmentos, os quais podem ser comercializados, trocados, vendidos e comprados. Já o terceiro termo, hierarquização, diz respeito à valorização desigual do solo, produzindo áreas mais ou menos valorizadas na cidade, o que se manifesta pelo preço dos fragmentos do espaço no mercado. Portanto, essa tríade é aspecto central para a compreensão da produção do espaço e é fundamento da segregação.

Sendo o solo urbano uma mercadoria específica, o acesso a ele depende do acesso à propriedade privada. Ou seja, a propriedade privada da terra estende-se com a generalização do espaço mercantilizado. A própria existência da propriedade privada significa a divisão da cidade, sua fragmentação, e o acesso à propriedade, por depender das relações de mercado, determina a desigualdade do processo de produção do espaço urbano. De acordo com Carlos (2006, p. 79), o que funda a própria segregação é “(...) a existência da propriedade privada da terra que, em sua extensão, produziu a generalização do espaço-mercadoria e com ela a extensão da propriedade privada do solo urbano”.

No plano da morfologia, essa desigualdade é visível na paisagem na medida em que a hierarquização - fruto da valorização diferencial dos fragmentos da cidade – produz espaços desiguais de moradia destinados a classes sociais diferentes. Há, dessa forma, um imbricamento entre a morfologia espacial e a morfologia social, que aparece mais explicitamente na questão da habitação. O ato de morar concretiza de maneira inequívoca, portanto, a existência da propriedade privada (Carlos, 2007).

A generalização do espaço-mercadoria significa a ampliação e a espacialização da contradição entre valor de uso e valor de troca (Marx, 1985). O espaço, como qualquer outra mercadoria, adquire esse duplo caráter: por um lado, é valor de uso, pois é condição para a realização da vida, visto que todas as atividades humanas materialmente ocorrem em um espaço/tempo determinado; por outro, é valor de troca na medida em que é produzido como espaço abstrato, homogêneo, passível de troca por outras mercadorias. O valor de troca submete o valor de uso a si

no processo de produção social do espaço (realizada pelo conjunto da sociedade) quando este passa a ser apropriado privadamente, ou seja, subsumido à existência social da propriedade privada. É nesse sentido que a cidade se constitui como um negócio (Carlos et. al, 2015). Quando o espaço é mercadoria, a realização e a valorização do valor se espacializam, produzindo uma cidade em que a hierarquização desigual dos lugares objetiva reproduzir o capital.

No plano da vida cotidiana, a desigualdade da produção social do espaço (mercantilizado) é vivida pela fragmentação dos espaços/tempos da vida, pela separação das atividades de habitação, trabalho, lazer. Esses momentos apartados da vida, aparentemente autonomizados, são característica da segregação da cidade contemporânea, a qual expressa, no nível do cotidiano, a mercantilização do espaço (Carlos, 2019). Com isso, a habitação - separada das outras atividades - é uma das expressões da determinação que a propriedade privada impõe à vida urbana. Todas as formas de privação do urbano são, assim como a moradia, fruto da generalização da propriedade privada e da forma mercadoria, que produzem a segregação socioespacial.

Compreendemos a privação do urbano como a separação imposta aos sujeitos dos frutos do próprio trabalho – nesse caso, a cidade. A cidade é produzida pelo conjunto da sociedade, porém é privadamente apropriada por aqueles que têm acesso à propriedade privada do solo urbano. Tal contradição produz a privação do urbano, que se manifesta na vida cotidiana como pobreza.

A privação, assim, não se define pela ausência, ou seja, por aquilo que a população mais pobre da cidade não acessa ou não consome; e sim pela alienação, compreendida aqui como a separação entre os produtos do trabalho e os sujeitos que produzem (Marx, 1985). A classe trabalhadora, portanto, por ser alienada do produto do próprio trabalho, aliena-se também da produção social da cidade mercadoria e assim vive a privação do urbano.

Tal argumento é um desdobramento da ampliação lefebvriana da noção de produção de seu sentido estrito – de produção de mercadorias – para seu sentido lato – de produção do humano (Lefebvre, 2002). A classe trabalhadora é separada do produto do próprio trabalho, tanto em sentido estrito quanto em sentido ampliado. Desse modo, ao colocarmos a produção do espaço no centro do processo de reprodução do capital, colocamos também no centro a alienação do produto desse trabalho, ou seja, o próprio espaço. Denominamos essa alienação, essa separação entre a classe trabalhadora do espaço por ela produzido, de privação do urbano.

Tanto a segregação socioespacial quanto a privação do urbano, conforme exposto anteriormente, fundamentam-se na existência da propriedade privada do solo urbano, que é a manifestação da generalização da forma mercadoria para todo o espaço, portanto produzido como uma mercadoria e carregando consigo todas as contradições dessa expressão concreta do capital. Para Carlos (2016, p. 3) “Em seu desenvolvimento, a propriedade recria, constantemente, aquilo que a fundamenta: a existência de uma sociedade de desiguais em que os usos e os acessos à cidade se submetem a um complexo conjunto de mediações que tendem a naturalizar a desigualdade.”

Nesse sentido, a propriedade constitui aspecto central da pobreza, pois é determinante daquilo que, na aparência, é vivido cotidianamente pela população em situação de vulnerabilidade: acesso precarizado aos serviços públicos e meios de sobrevivência na cidade. A segregação socioespacial, produzida pela propriedade privada do solo urbano, define o acesso dos habitantes à cidade e, portanto, constitui-se como um dos conteúdos da desigualdade social e da produção do espaço urbano.

No caso das Mulheres do GAU, esse conjunto de ausências e precarização de acessos aparece constantemente nos seus relatos e descrições do bairro onde moram. Conforme mencionado anteriormente, o bairro passou por um processo de transformação institucionalmente chamado de ‘urbanização’ pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), órgão da

prefeitura de São Paulo. Finalizado em 2010, consistiu na construção de conjuntos habitacionais, implementação de redes de água, esgoto, energia elétrica, iluminação pública, pavimentação, canalização e drenagem de córregos. No total, a ação decorreu em uma área de 900 mil m² e atingiu cerca de 5 mil famílias.

Em todas as entrevistas, as mulheres do coletivo enfatizam que a vida no bairro melhorou depois da transformação:

Muitos não gostavam de vir aqui porque o bairro era feio e muito violento. Aonde eu comprei já tinha água e luz, mas em muitos lugares não tinha nem luz nem esgoto, uma coisa muito feia. Enfim, eu cheguei aqui há quase 29 anos no bairro e melhorou bastante com essa urbanização da CDHU (...). Quando eu vim pra cá, eu sofri bastante porque eu tinha medo de tudo e de todos, era um lugar bem violento mesmo. Não tinha ônibus, a gente tinha que sair do nosso bairro pra caminhar pra Av. São Miguel pra pegar uma condução, era muito difícil. Os pais de família, pra pegar trem, tinha que andar quase uma légua, sei lá. Então hoje tá com transporte que passa próximo da casa da gente, as escolas, temos escolas, temos creche e não tinha nada disso. Então um ponto melhorou muito, mas ainda tem muita coisa a desejar pra gente (...). Então para quem caminhava léguas na lama, na chuva com medo ainda de tiroteio, então, graças a Deus, melhorou muito. Falta melhorar mais, mas nessa parte foi muito bom. Temos escola, transporte, água encanada e esgoto que a maioria da população não tinha. Chegar sua continha, ter um endereço pra pagar sua luz, sua água, ter tudo legalizado, pelo menos isso. (Mulher do GAU, entrevista realizada em junho de 2021)

Aqui era muito violento, tinha morte todos os dias. (...) era um bairro que era esquecido, ninguém dava valor, barracos um em cima do outro, era muito feia a situação aqui. Quando chovia, quem morava mais próximo do rio, com os esgotos, isso aqui virava um lago quando era época de chuva. A gente andava no barro, era muito feia a situação, era muito triste mesmo e os moradores teve muita resistência quando a CDHU começou a visitar o bairro. O processo todo começou em 2002, agora a urbanização mesmo começou de 2007 pra frente. Foi quando veio o pavimento do asfalto, os lotes destinados às escolas, às creches, posto de saúde. (...) E hoje, eu posso te falar que esse bairro aqui tá uma maravilha, muito bom, tem posto de saúde, tem cinco escolas, tem três creches, duas linhas de ônibus e a segurança que faz 14 anos que o número de assassinatos caiu muito, muito mesmo. Antes aqui não entrava um táxi, não entrava um carro pra fazer entrega, o correio não vinha, a gente que pegava a carta no correio porque não entrava aqui dentro. E hoje não, hoje aqui virou uma cidade. Foi muito triste o começo da urbanização, mas hoje tudo de bom. (Mulher do GAU, entrevista realizada em maio de 2021)

Os dois trechos anteriores são reveladores da transformação na experiência cotidiana de vida no bairro: diminuição da violência, acesso a redes de esgoto, água e energia, disponibilidade de transporte (as duas linhas de ônibus mencionadas), escolas, creches e postos de saúde, controle das enchentes. No primeiro trecho, apesar de ver a melhora decorrente das transformações e da regulamentação da moradia (que se manifesta na chegada das contas de luz e água), a entrevistada ainda acha que “falta melhorar mais”. No segundo trecho, é pertinente observar que foi apenas com o processo de transformação do bairro que o lugar “virou uma cidade”, ou, como a prefeitura insiste, o lugar se urbanizou.

Todas essas transformações no bairro e conseqüentemente na vida cotidiana dos moradores são essenciais para mudar as suas condições de reprodução da vida – mudar para melhor, como as próprias mulheres relataram. No entanto, a privação do urbano permanece, apesar da melhora aparente nas condições de reprodução da vida. Mesmo que seja menos precário, não significa que não haja privação do urbano, pois tais transformações não atingem o cerne da questão: a segregação socioespacial produzida pela propriedade privada do solo urbano. Por isso, pode-se considerar que as mulheres do coletivo concretizam, também, a vida cotidiana na periferia da cidade, marcada pela propriedade privada e pela segregação.

No meio do conjunto habitacional tinha uma horta – e uma cozinha

A cozinha onde trabalham as mulheres do coletivo fica em um galpão no meio do terreno. Passando pelo portão de entrada, à direita vê-se a horta e, seguindo em frente, chega-se ao galpão de piso de cimento queimado e paredes pintadas em vermelho terroso. Além da cozinha, há também tem uma área coberta por um tecido que projeta uma sombra agradável sobre as mesas de plástico cobertas com chitas de estampas florais. Ali, as mulheres servem as refeições e lanches, fazem reuniões, montam as cestas para vender, conversam, recebem visitantes.

Uma cozinha – qualquer cozinha, não apenas essa onde trabalham as Mulheres do GAU – é a concretização (no sentido marxiano do termo: a síntese das múltiplas determinações) do ocultamento do trabalho reprodutivo; é também o símbolo desse trabalho, na medida em que é um lugar importante para a produção do “produto mais precioso que existe no mercado capitalista: a força de trabalho” (Federici, 2019, p. 68). A cozinha, lugar comumente associado à presença feminina, é, por esses motivos, o marco da divisão entre salário e não-salário; contudo, não é igualmente o marco da divisão entre trabalho e não-trabalho. O caso das Mulheres do GAU, sua horta e sua cozinha, evidencia o longo debate feminista sobre a necessidade de ampliar – e mesmo redefinir – as categorias *trabalho* e *classe trabalhadora*, de modo a compreender que as atividades de reprodução da vida são trabalhos e, com isso, todas as pessoas (especialmente mulheres) que realizam essas atividades são trabalhadoras (Bhattacharya, 2017; Dalla Costa, 2015; Federici, 2019, 2021; Ferguson, 2020; Gago, 2020; Kollontai, 2017; Krúpskaia, 2017; Vergès, 2020; Vogel, 2013, entre muitas outras). Conclui-se, a partir dessa leitura feminista sobre o trabalho e a classe trabalhadora, que o primeiro não se restringe aos lugares de produção no sentido estrito, como as fábricas, por exemplo, mas também se realiza onde ocorre a produção no sentido ampliado de produção e reprodução da vida: ou seja, em todo espaço. Desdobra-se disso que a classe trabalhadora – e conseqüentemente seu potencial revolucionário – não se limita aos sujeitos produtores de mercadorias, mas abarca todas as pessoas que se responsabilizam pela reprodução da vida, pela sua realização contínua no tempo e no espaço.

Uma leitura feminista e marxista sobre o trabalho e a classe trabalhadora coloca luz sobre as três características analisadas neste texto, todas elas perenes na vida cotidiana das pessoas que vivem na periferia da metrópole: a economia popular, que garante os meios para a manutenção da vida; a reprodução social, que como um conceito totalizante engloba as atividades produtivas e reprodutivas, ambas compreendidas por essa lente como trabalhos; e a privação do urbano, marca da segregação socioespacial. Nesse sentido, economia popular, reprodução social e privação do urbano não são novos conteúdos da contradição centro-periferia, mas sim um outro olhar para essa contradição que coloca ênfase na vida cotidiana dos sujeitos que vivem a periferia (da economia, do trabalho e da cidade).

Nessa leitura, o espaço como um todo torna-se o lugar de produção e reprodução da vida e, dialeticamente, do capital (Carlos, 2011; Lefebvre, 2002). Inserida na totalidade da produção da vida, a produção do espaço carrega em si as contradições do modo de produção – dentre elas, a contradição centro-periferia. A análise do processo de urbanização preocupada em compreender os fundamentos, determinações e conseqüências dessa contradição deve realizar a superação dialética da interpretação da relação centro-periferia como mera localização ou como simples organização do espaço (Carlos, 2011). Nos dois casos, centro e periferia não constituem uma contradição: quando lida como localização, a relação centro-periferia é cartesiana e limita-se a defini-los por distâncias e

deslocamentos, variações no tempo e no espaço traçáveis em um mapa; quando interpretada como organização, a relação centro-periferia faz um inventário de ausências e define o centro como lugar da concentração de serviços, diferentemente da periferia, definida simplesmente como o negativo do centro, o lugar da falta (de serviços, de Estado, de políticas, etc.). A superação dialética dessas leituras compreende que a contradição centro-periferia é específica da produção capitalista do espaço e, dessa forma, os dois polos opõem-se e complementam-se numa relação marcada pelo desenvolvimento desigual, que produz ambos simultaneamente.

Em síntese, as periferias da economia, do trabalho e da cidade, concretizadas na experiência do coletivo Mulheres do GAU, não dizem respeito à exclusão (de uma economia formal determinada pelo assalariamento) e à distância (medida em relação ao centro da cidade). Essa experiência demonstra o ocultamento das atividades e lugares de produção e reprodução da vida, trazendo à tona a privação do urbano para operar uma inversão (analítica), ao colocar o trabalho reprodutivo e a segregação socioespacial no centro do debate. Como já diz o ditado: a cozinha é o coração da casa.

Referências

- Abreu, M. A. (2014). O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In: F. Fridman & R. Haesbaert (Orgs.), *Escritos sobre espaço e história*. Garammond.
- Alvarez, I. A. P. (2009). *A reprodução da metrópole: o projeto Eixo Tamanduatehy*. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP.
- Alvarez, I. A. P. (2012). As políticas espaciais contemporâneas e a reprodução do capital e do urbano. *Cidades*, 9, 62-85.
- Alvarez, I. A. P. (2013). A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: P. Vasconcelos, R. L. Côrrea & S. Pintaudi (Orgs.), *A cidade contemporânea: segregação espacial* (pp. 111-126). Contexto.
- Alvarez, I. A. P. (2015). A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. In: A. F. A. Carlos, D. Volochko & I. A. P. Alvarez (Orgs.), *A cidade como negócio* (1a ed., pp. 65-79). Contexto.
- Bhattacharya, T. (2017). *Social Reproduction Theory. Remapping class, recentring oppression*. Pluto Press.
- Carlos, A. F. A. (2019). Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, 23(3).
- Carlos, A. F. A. (2001). *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. Contexto.
- Carlos, A. F. A. (2006). Dinâmicas urbanas na metrópole de São Paulo. In: A. I. Lemos, M. Arroyo & M. L. Silveira. *América Latina: cidade, campo e turismo*. CLACSO.
- Carlos, A. F. A. (2007). *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. FFLCH.
- Carlos, A. F. A. (2009). A "ilusão" da transparência do espaço e a "fé cega" no planejamento urbano: os desafios de uma geografia urbana crítica. *Cidades*, 6, 289-306.
- Carlos, A. F. A. (2011). *A condição espacial*. Contexto.
- Carlos, A. F. A. (2015). *Crise Urbana*. Contexto.
- Carlos, A. F. A. (2016, Mayo 2-7). *Em nome da cidade (e da propriedade)* [Apresentação de trabalho]. XIV Colóquio Internacional de Geocrítica 2016, Barcelona, España.
- Carlos, A. F. A., Alves, G. A. & Pádua, R. F. (2017). *Justiça espacial e o direito à cidade*. Contexto.
- Carlos, A. F. A., Volochko, D. & Alvarez, I. P. (2015). *A cidade como negócio*. Contexto.
- Cavallero, L. & Gago, V. (2020). *Una lectura feminista de la deuda. ¡Vivas, libres y desendeudadas nos queremos!*. (2a ed.). Tinta Limón.
- Chena, P. I. (2018). La economía popular y sus relaciones determinantes. *Cuadernos de la Facultad de Humanidades y Cs. Sociales*, 53, 1-24.
- Cielo, C. (2018). La productividad de la contingencia en economías populares del sur global. Diálogo com AbdouMaliq Simone. *Íconos*, 62, (153-164).
- Coraggio, J. L. (2020). *Economía social y economía popular: Conceptos básicos*. Buenos Aires: INAES.
- Dalla Costa, M. (2015). *Family, Welfare, and the State: Between Progressivism and the New Deal*. Common Notions.
- Denning, M. (2010). Wageless Life. *New Left Review*, 66, 79-97.
- Diniz, S. C. (2019). Possibilidades da economia popular e solidária no Brasil contemporâneo: apontamentos. *Revista Nova Economia*, v. 29, n. 3, pp. 963-985.
- Epstein, G. A. (2005). *Financialization and the World Economy*. Edward Elgar Publishing.
- Faria, C. S. (2008). *A integração precária e resistência indígena na metrópole*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP.
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução*. (1a ed.). Elefante.
- Federici, S. (2021). *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*. (1a ed.). Boitempo.
- Ferguson, S. (2020). *Women and Work. Feminism, Labour and Social Reproduction*. Pluto Press.
- Gago, V. (2020). *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. (1a ed.). Elefante.
- Grupo de Trabajo CLACSO. Economía popular: mapeo teórico y práctico. (2020). *Economías populares en la pandemia. Cartografía provisoria en tiempos de aislamiento y crisis global*. CLACSO.

- Ivo, A. B. L. (2010). A periferia em debate: questões teóricas e de pesquisa. *CADERNO CRH*, 23(58).
- Kollontai, A. M. (2017). A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea. In: G. Schneider, *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia Soviética*. (1a ed.). Boitempo.
- Krúpskaia, N. K. (2017). Deve-se ensinar 'coisas de mulher' aos meninos?. In: G. Schneider, *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia Soviética*. (1a ed.). Boitempo.
- Kurz, R. (2003). *A Segunda Bolha Financeira: a bolha financeira imobiliária como adiamento da crise*. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/kurz/2003/06/bolha.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- Lapyda, I. (2011). *A "financeirização" no capitalismo contemporâneo: uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP.
- Lefebvre, H. (2002). *La survie du capitalisme. La reproduction des rapports de production*. Anthropos.
- Lefebvre, H. (2008). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Marx, K. (2008). *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Boitempo.
- Marx, K. (1985). *O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I*. (2a ed.). Nova Cultural.
- Marx, K. & Engels, F. (1998). *A ideologia alemã*. Martins Fontes.
- Organização Internacional do Trabalho (2013). *La medición de la informalidad: Manual estadístico sobre el sector informal y el empleo informal*. Oficina Internacional del Trabajo Ginebra. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/publications/ilo-bookstore/order-online/books/WCMS_222986/lang-es/index.htm>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- Organização Internacional do Trabalho (2021). *Transición de la economía informal a la economía formal - Teoría del cambio*. Disponível em: < https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_771733.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- Pádua, R. F. (2011). *Produção e consumo do lugar: espaços de desindustrialização na reprodução da metrópole*. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP.
- Rede Nossa São Paulo (2020). *Mapa da Desigualdade*. Instituto Cidades Sustentáveis.
- Ribeiro, F. V. (2010). *A produção do lugar na periferia da metrópole paulistana*. FFCLH Edições.
- Ribeiro, F. V. (2013). *A luta pelo espaço: da segurança da posse à política de regularização fundiária de interesse social em São Paulo*. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP.
- Ribeiro, F. V. (2015). Apontamentos sobre o espaço de conflito na luta pela cidade. *Geotextos (Online)*, 11, 153-175.
- Ribeiro, L. C. Q. (2003). Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território. *CIDADES Comunidades e Territórios*, 6.
- Roig, A. (2014). *Financiarización y derechos de los trabajadores de la economía popular*. Documento do programa Desigualdade e Democracia. Fundação Heinrich Böll.
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Simoni-Santos, C. (2006). Nos negócios na cidade à cidade como negócio: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço. *Cidades*, v. 3, n. 5, pp. 101-122.
- Simoni-Santos, C. (2017). Da marginalidade à segregação: contribuições de uma teoria urbana crítica. *Economía, Sociedad y Territorio*, 17(55).
- Smith, N. (1988). *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Bertrand Brasil.
- Tassi, N., Arbona, J. M., Ferrufino, G. & Rodríguez-Carmona, A. (2012). El desborde económico popular em Bolívia. Comerciantes aymaras en el mundo global. *Nueva Societas*, 241, (93-105).
- Torres, H. G., Marques, E., Ferreira, M. P. & BITAR, S. (2003). Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estudos Avançados*, 17(47).
- Vergès, F. (2020). *Um feminismo decolonial*. (1a ed.). Ubu Editora.
- Vogel, L. (2013). *Marxism and the Oppression of Women*. Brill.
- Volochko, D. (2007). *A produção do espaço e as estratégias reprodutivas do capital: negócios imobiliários e financeiros em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP.

Volochko, D. (2012). *Novos espaços e cotidiano desigual nas periferias da metrópole*. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP.

Volochko, D. (2015). Nova Produção das Periferias Urbanas e Reprodução do Cotidiano. In: A. F. A. Carlos (Ed.), *Crise Urbana*. (1a ed., pp. 105-127). Contexto.